

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA IBÉRICA**

CLEITON OLIVEIRA

**A PROLE DE CAIM E OS DESCENDENTES DE CAM:
Legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas *Dum Diversas* (1452) e
Romanus Pontifex (1455)**

**ALFENAS/MG
2018**

CLEITON OLIVEIRA

**A PROLE DE CAIM E OS DESCENDENTES DE CAM:
Legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas *Dum Diversas* (1452) e
Romanus Pontífex (1455)**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Ibérica da
Universidade Federal de Alfenas.
Área de Concentração: História
Ibérica.
Orientador: Prof. Dr. Paulo César
de Oliveira

ALFENAS/MG
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Sede

Oliveira, Cleiton.

A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum diversas (1452 e Romanus Pontífex (1455)). / Cleiton Oliveira -- Alfenas/MG, 2018.
119 f.: il. --

Orientador: Paulo César de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2018.
Bibliografia.

1. Bíblia. 2. Portugal. 3. África. 4. Escravos -- Tráfico. 5. Papado - História. I. Oliveira, Paulo César de. II. Título.

CDD-946.902

CLEITON DE OLIVEIRA

“A PROLE DE CAIM E OS DESCENDENTES DE CAM: Legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum Diversas (1452) e Romanus Pontifex (1455)”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 27, 06 2017

Prof. Dr. Paulo César de Oliveira

Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: Paulo César de Oliveira

Prof. Dr. Adelmo José da Silva

Instituição: Universidade Federal de São João del-Rei UFSJ-MG

Assinatura: [Assinatura]

Prof. Dr. Hércules Batista Alves

Instituição: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais CEFET-MG

Assinatura: [Assinatura]

RESUMO

A pesquisa procura analisar de que forma a escravidão presente no mundo clássico, sobretudo no Império Romano, e que durante a Idade Média permaneceu residualmente em algumas partes, ganhou força novamente durante os séculos XIV e XV. Nesse contexto, sob uma forte influência do imaginário medieval, buscou-se fundamentar o tráfico de escravos e a prática da escravidão à luz de passagens bíblicas, tendo a Igreja por meio de bulas papais, conferido aos portugueses a missão de retomar esse sistema. Para isso, o trabalho buscou analisar toda a mística que envolvia o reino de Portugal, sua ideia de predestinação divina, além de tentar compreender as razões da proximidade da relação entre Papado e os portugueses, que receberam através das bulas *Dum Diversas* e *Romanus Pontífex*, autorização para a conquista do território africano, fazendo com que a escravidão passasse a ser considerada não só legítima, mas também sacralizada, pois representava um componente da própria Cristandade.

Palavras-chave: Bíblia. Portugal. África. Tráfico de Escravos. Bulas Papais.

ABSTRACT

The research seeks to examine how slavery present in the classical world, especially in the Roman Empire, and during the Middle Age remained legal in some parts, gained strength again during the 14th and 15th centuries. In that context, under a strong influence of the medieval imagination, sought to justify the slave trade and the practice of slavery in light of biblical passages, and the Church through papal bulls, given the Portuguese the mission to retake that system. To this end, the study sought to analyze all the mystique that surrounded the Kingdom of Portugal, your idea of divine predestination, as well as trying to understand the reasons for the closeness of the relationship between Papacy and the Portuguese, who received through the bulls *Dum Diversas* and *Romanus Pontifex*, authorization for the conquest of the African territory, making slavery became considered not only legitimate, but also sacralized, representing as a component of Christianity itself.

Keywords: Bible. Portugal. Africa. Slave Trade. Papal Bulls.

RESUMEN

La investigación busca examinar de qué modo la esclavitud presente en el mundo clásico, especialmente en el Imperio Romano y que durante la Edad Media seguía siendo legal en algunas partes, ha ganado fuerza durante los siglos XIV y XV. En ese contexto, bajo una fuerte influencia de la imaginación medieval, se ha intentado justificar el comercio de esclavos y la práctica de la esclavitud a la luz de pasajes bíblicos, teniendo la iglesia a través de bulas papales, dado a los portugueses la misión de recuperar ese sistema. Para ello, el estudio buscó analizar toda la mística que abarcaba el Reino de Portugal, su idea de la predestinación divina, además de tratar de entender las razones de la cercanía de la relación entre el papado y los portugueses, que recibieron a través de las bulas *Dum Diversas* y *Romanus Pontifex*, autorización para la conquista del territorio africano, haciendo con que la esclavitud llegase a ser considerada no sólo legítima, sino también sacralizada, pues representaba un componente del propio cristianismo.

Palabras claves: Biblia. Portugal. África. Tráfico de Esclavos. Bulas Papales.

Para Davi e Elaine, pela paciência, pela compreensão das minhas ausências e acima de tudo, por fazer com que eu compreendesse porque subi no trem, antes que ele chegue na estação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo César de Oliveira, que nesse tempo se tornou um grande amigo e uma referência de mestre e de ser humano.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo aos meus pais, Rui e Lúdia, os melhores pais que um filho poderia ter, que me ensinaram a valorizar as pequenas coisas, e acima de tudo, que a melhor maneira de se educar é pelo exemplo e pelo testemunho de uma vida de retidão e honestidade.

Agradeço aos professores do Departamento de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em História Ibérica da UNIFAL, pelas aulas que contribuíram decisivamente para a melhoria das minhas aulas.

Ao meu amigo, professor Wiliam Afonso, grande filósofo e poliglota, por me auxiliar de forma sempre gentil, conferindo minhas as traduções mais complexas desse trabalho, quando se exigia um olhar de um grande especialista.

Agradeço de forma muito especial aos diretores, coordenadores, professores e alunos dos colégios Santos Anjos, Logos, Sete de Setembro, CRA, Pró-Federal, com quem convivo semanalmente, portanto cada um tem grande relevância na minha vida.

Queria agradecer ao grande amigo Prof. Dr. Hércules Alfredo Batista Alves, ao Prof. Dr. Marcos Roberto de Faria, e ao eterno amigo Prof. Me. Maurício Ricardo, pelas decisivas contribuições no exame de qualificação, que foram fundamentais para se obter um caminho menos tortuoso na conclusão desse trabalho.

Em Portugal estendo meus agradecimentos a sempre amiga Ludmilla Almeida, seu esposo Rui e as crianças, por contribuir na compra das raras fontes que só consegui encontrar em solo lusitano.

Aos meus colegas de turma, Ademir, o magnífico, André, Cidinha, Crosley, Érica, Flávio, Janaína, João, Júlio, Pedro, Priscila, Wiliam, meu muito obrigado por todas as conversas, ensinamentos e companheirismo durante esse tempo de mestrado, tão especial na minha vida.

A todos os alunos que um dia passaram pela minha vida, nesse trabalho, há um pouco de cada um.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	A PROLE DE CAIM E OS DESCENDENTES DE CAM SOB O OLHAR DO EUROPEU.....	18
2.1.	OS FILHOS DE CAM NA VISÃO DO MEDIEVO.....	19
2.2.	LEGITIMAÇÃO DA CONQUISTA PORTUGUESA NA ÁFRICA: OS FILHOS DE CAM SOB O OLHAR DOS PORTUGUESES NO SÉCULO XV.....	27
2.2.1	O pecado de adão.....	29
2.2.2	Os decendentes de caim.....	31
2.2.3	Os ‘legítimos herdeiros’ da maldição de cam.....	33
3	O MITO DA FUNDAÇÃO DO REINO PORTUGUÊS E SEU “DESTINO MANIFESTO”.....	37
3.1	O ESPÍRITO CONQUISTADOR/CRUZADISTA PORTUGUÊS E OS MITOS IMPULSIONADORES DO SEU “DESTINO MANIFESTO”.....	42
3.2	O PRESTES JOÃO – O MITO ULTRAMARINO.....	45
3.3	O MESSIANISMO DE D. JOÃO I.....	47
3.4	O INFANTE DOM HENRIQUE E OS DOIS DESTINOS DE PORTUGAL.....	54
3.5	O “DESTINO MANIFESTO PORTUGUÊS” SOB OS OLHARES DE ROMA.....	60
4	PORTUGAL E O INÍCIO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A SANTA SÉ, VISANDO CONQUISTAS TERRITORIAIS.....	66
4.1	A GUERRA JUSTA CONTRA OS MOUROS.....	72
4.2	DISPENSA DA PROIBIÇÃO CANÔNICA DO COMÉRCIO COM OS MUÇULMANOS.....	75
4.3	PORTUGAL E O INÍCIO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS.....	77
4.4	A BULA DUM DIVERSAS.....	80
4.5	A BULA ROMANUS PONTIFEX.....	88
5.	OBJETO DE APRENDIZAGEM.....	95
5.1.	OBJETO DE APRENDIZAGEM COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA.....	95
5.2.	USO DO CELULAR EM SALA DE AULA COMO UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DO AO.....	97
6.	CONCLUSÃO.....	101
	REFERÊNCIAS.....	104
	ANEXO.....	113

1 INTRODUÇÃO

O tráfico de escravos do Atlântico, apesar de sua importância central na história econômica e social do imperialismo ocidental, de seu papel fundamental na história da América e de seu profundo impacto sobre a sociedade africana, permaneceu como uma das áreas menos estudadas na moderna historiografia ocidental até as últimas décadas do século passado. A falta de interesse não se deu por falta de fontes, pois o material disponível para seu estudo foi abundante desde o começo (KLEIN, 1989, p. 1). Ao contrário, foi ignorado devido a sua associação com o Imperialismo europeu de que resultou por um problema moralmente difícil, a que se acresceu a falta de instrumental metodológico, que permitisse analisar complexos dados quantitativos e ideológicos.

O crescimento do novo campo de História africana bem como o despertar do interesse pela História afro-americana nos anos 50 e 60, que explicam o desencadear de uma amplitude considerável nas pesquisas desta área. Os primeiros grandes trabalhos sobre o tema forneciam uma estimativa do volume total do tráfico de escravos africanos para a Europa, as ilhas do Atlântico e a América, desde os anos de 1440 até 1860. As obras que se debruçaram sobre o assunto tinham uma exagerada preocupação numérica, quantitativa, tentando precisar o número de africanos que haviam se tornado vítimas do tráfico negreiro, portanto, prendiam-se em modelos explicitamente demográficos e econômicos.

Posteriormente ocorre uma natural mudança do foco econômico das pesquisas, para a ênfase nos aspectos culturais. É dito natural, pois este foi um movimento que de certa forma transpareceu em todas as pesquisas historiográficas, tanto na historiografia nacional quanto na historiografia estrangeira. Na francesa, por exemplo, se deu pela passagem da segunda para a terceira geração dos Annales, transição que segundo Peter Burke acentuou uma transferência “da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural”. (BURKE, 2010, p. 91). No caso da historiografia marxista este movimento se deu principalmente pelos trabalhos de E. P. Thompson que buscou superar o determinismo da base econômica em relação a superestrutura – aspectos culturais – e, marcando essa mudança no enfoque das análises historiográficas, como afirma Lynn Hunt, “dedicou-se ao estudo daquilo que chamava ‘mediações culturais e morais’”. (HUNT, 1992, p. 5-6). Transpondo a atenção para a historiografia praticada no Brasil, podemos dizer que foi justamente Thompson, que “serviu de grande inspiração para a mudança do enfoque econômico para o cultural nos estudos sobre a escravidão” (LARA, 1995, p. 45).

Foi justamente nesse cenário de espantoso crescimento da produção historiográfica sobre escravidão negra, principalmente nas proximidades do centenário da abolição, que o papel da Igreja Católica no processo de legitimação e reprodução do escravismo no mundo ocidental foi evidenciado, levando, em contrapartida, muitos militantes da instituição a se pronunciarem. O ano de 1988, por exemplo, por conta da produção intelectual sobre a herança escrava brasileira, levou muitos pesquisadores a revisitar arquivos e teses há muito consolidados. Livros, artigos de revistas e jornais contribuíram para a polêmica em torno do papel da Igreja Católica na legitimação e compromisso com a escravidão, fazendo com que a Igreja enquanto instituição, respondesse aos mesmos com a publicação de uma série de artigos revisionistas. Nesse mesmo ano, a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) lançou, como tema da Campanha de Fraternidade, a questão negra, com o slogan “Ouvi o Clamor deste Povo” (CARVALHO, 1988, p. 34). Fora do Brasil a Igreja da América Latina realizava diversos debates e publicava constantemente trabalhos com o polêmico tema, onde se destacaram diversas publicações do CEHILA e do CELAM¹ evidenciando uma tomada de “consciência” da Igreja católica em relação ao negro, negligenciado durante muito tempo tanto das preocupações intelectuais quanto pastorais da instituição.

Apesar de tantas publicações, seja na historiografia estrangeira, nacional e até mesmo eclesástica, a escravidão continua a ser um campo aberto a diferentes pesquisas e abordagens, tanto pela investigação de novas fontes quanto pelos novos enfoques às fontes já conhecidas. Tais lacunas a serem preenchidas, ficaram muito evidentes quando da publicação da lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, sancionada pelo Presidente da República, que alterou a legislação anterior que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Desta forma, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornou-se obrigatório o estudo da História da África e dos Africanos e da luta dos negros no Brasil, levando um novo interesse pelo tema, mas demonstrando também, um grande abismo entre a historiografia didática e a historiografia acadêmica.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou preencher uma dessas muitas brechas, ao se enveredar por uma África que vai muito além, daquela apresentada pelos livros didáticos, como se ela passasse a existir, a partir do contato com o europeu.

Em um primeiro momento sentimos a necessidade de reconstruir uma significação do mundo imaginada pelos medievais, que se baseava nos testemunhos deixados pelos geógrafos

¹ Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e Conselho Episcopal Latino-Americano.

da Antiguidade. Estes deixaram claro que desconheciam a totalidade daquele território. Escritores greco-romanos como: “Estrabão, Pompônio Mela (*De situ orbis*) e Plínio, o Velho (*Historia naturalis*) retrataram melhor apenas a África do Norte. Outros, especialmente Julio Solino (*Collectanea rerum memorabilium*), limitaram-se a compilar relatos fabulosos e prodígios. Até pelo menos o fim do século XIII a área africana efetivamente contatada pelos europeus correspondia grosso modo aos territórios da antiga “Berbéria”, parte do Egito e o litoral do Mar Vermelho” (MEDEIROS, 1985, p. 123).

Entre os séculos V e XV, as referências históricas ao negro baseavam-se unicamente na tradição bíblica e em alguns textos da antiguidade greco-romana. Porém, o comércio mediterrânico com o Oriente Próximo, via Alexandria, e com o norte da África, via Trípoli, permitiu aos europeus obter informações indiretas sobre as populações do interior da África. Os reinos da Península Ibérica obtiveram, por meio dos muçulmanos, importantes informações sobre a África negra ao longo da Idade Média. A experiência empírica europeia com as populações negras africanas foi, todavia, intensificada com a expansão ultramarina, particularmente portuguesa.

Nos finais do XVIII e início do XIX, as concepções eurocêntricas em relação aos africanos já se apresentavam em postulados que irão moldar grande parte da estrutura epistemológica ocidental como nos pensamentos de Kant e Hegel. E, se continuássemos a saga dessa arqueologia do saber sobre África, conseguiríamos encontrar nos textos da antiguidade ideias distorcidas sobre os homens africanos (FOUCAULT, 2008). Não é esse o nosso papel aqui, uma vez que outros já o fizeram. Mas, inspirado nesses trabalhos, a visão medieval acerca do negro ganha uma importância para compreendermos sua influência na história de Portugal, sendo assim, estudos como os de Jacques Le Goff (1980) em suas análises nos mostra a importância de estudarmos uma “outra” Idade Média, relacionada à Antropologia Histórica e à longa duração, ampliando o uso das fontes e convivendo com outras ciências sociais. Esse outro, o período medieval, segundo o autor, está relacionado a nós, contemporâneos, por meio da vinculação entre passado e o presente, pressuposto essencial para os estudos históricos, de acordo com os membros do grupo que ele pertenceu, a Escola dos Annales.

Mostraremos que o problema das significações europeias a respeito dos africanos durante a Idade Média constituiu esquemas que serão examinados, que não eram gratuitos, nem se limitaram ao plano da abstração. Seus traços perduraram e tiveram peso inequívoco na legitimação da conquista daquele continente. “Na realidade, tais clichês e estereótipos definiram o enquadramento dos negros no mundo ocidental e modelaram a atitude dos

europeus com respeito àqueles povos no período subsequente, da expansão ultramarina”. (MACEDO, 2001, p. 10). Os representantes das monarquias, marinheiros e aventureiros, e os missionários cristãos, carregavam consigo parte dessas imagens, juízos e preconceitos.

Em uma das imagens mais presentes no imaginário do europeu, estava a filiação dos negros a Caim ou a Cam, que teve notoriedade nos manuais religiosos cristãos até pelo menos o século XIX, abrindo um campo muito fértil aos defensores da inferioridade das populações negras. Com efeito, no *Dictionnaire de la Bible*, editado pelo abade J. P. Migne em 1846, “Cam é apresentado como o deus Amon dos Egípcios, o Júpiter dos gregos e latinos, o pai dos egípcios, etíopes e negros” (FRANCO JR. 1996, p. 71).

Para compreendermos como o campo religioso tem um peso e importância na formação do pensamento luso acerca das populações africanas, revisitamos também a mística formação que envolve o nascimento do estado português e de sua monarquia, além de toda influência de um “messianismo” bem específico, que tornava seu povo detentor de um destino maior, o de construir o V Império. Portanto, a pretexto da defesa da Igreja e propagação da fé, os reis foram sendo investidos de poderes e privilégios antes reservados à Sé Apostólica. A coroa de Portugal em muito se beneficiou com tais prerrogativas dadas às necessidades das guerras de Reconquista. Aos poucos esses poderes e privilégios foram sendo estruturados nas próprias máquinas da administração Real e acabaram passando pura e simplesmente à jurisdição direta do poder secular. Legitimada por bulas e breves papais, “a aliança estreita e indissolúvel entre a Cruz e a Coroa, o trono e o altar, a Fé e o império, era uma das principais preocupações comuns aos monarcas ibéricos, ministros e missionários em geral” (BOXER, 1981, p. 98-99).

Em torno dessa união histórica entre Igreja e Portugal, dá-se o encontro luso-africano que ocorreu sob a égide do pioneirismo português, como nação marítima à época dos descobrimentos europeus. Assim, a vantajosa posição geográfica de Portugal e a existência de uma burguesia mercantil e de uma indústria naval permitiram, entre outros fatores, a construção do Império lusitano. Além disso, os interesses da nobreza portuguesa e da Coroa na expansão marítima foram decisivos. Buscaremos remontar o findar da Idade Média lusitana para compreender os fatores que possibilitaram a constituição do reino independente de Portugal frente a outras nações ibéricas e a criação de uma consciência cultural e política própria, destacando o papel da fé cristã, o fluxo da produção intelectual, as guerras de reconquista e as agitações sociais.

Para construir essa saga lusitana no segundo capítulo, as principais fontes utilizadas foram obras de historiadores portugueses que revisitaram essas teses explicativas do

expansionismo português e tentaram criar análises mais amplas, ou seja, que tentaram evitar explicações históricas centradas em ou conduzidas por uma só causa primordial, contemplando jogos ou conjuntos de fatores que concorreram para a saída portuguesa para o além-mar. Tais historiadores do século XX persistiram na reafirmação da tomada de Ceuta como marco inicial e ato inaugural da expansão, bem como reiteraram a figura de D. Henrique como o primeiro articulador dos descobrimentos. Para eles pareceu mais fundamental buscar explicações a partir de relações posteriores, ou melhor, refletir sobre os eventos tendo em vista as suas consequências. Ceuta, entre esses historiadores mais recentes, ganha sentido no conjunto de ações que envolveram os deslocamentos dos portugueses para territórios mais ou menos conhecidos, importando, dentro dessa perspectiva histórica, as causas, os marcos, as consequências da expansão, bem como os valores que lhe foram sendo acrescidos.

Examinamos no terceiro capítulo, um enorme conjunto de bulas que demonstraram a proximidade nas relações diplomáticas entre o papado e a coroa lusitana. Por meio das chamadas bulas de cruzada, vimos a importância que esse reino adquiriu para os interesses da Igreja, além da importância que tais documentos terão na construção do catolicismo ibérico. Concedidas ao reino de Portugal, acompanharam e sustentaram durante séculos um longo processo de enfrentamentos e combates aos infiéis seguidores do Islão. As bulas de cruzada traziam um conjunto de indulgências, que proporcionavam aos cristãos da Península em troca da esmola, as mesmas graças espirituais concedidas aos cruzados que lutaram na retomada de Jerusalém. É, pois, nesse aspecto um tema de estudo que tem uma existência de e na longa duração. Desde sua primeira concessão no século XII, até sua extinção em Portugal no último quartel do século XIX, a causa da guerra justa tomou diferentes feições. Embora o “inimigo” muçulmano permanecesse, os enfrentamentos bélicos se alternavam entre as tréguas e os acordos diplomáticos e comerciais. A historiografia não se dedicou ao estudo das bulas, não obstante a amplitude de seu alcance no tempo, no espaço e no imaginário dos cristãos portugueses. A carência de estudos acerca de um tema que teve grande significado na sustentação política e econômica do reino e na vivência religiosa do catolicismo ibérico expõe uma lacuna que não se pode desconsiderar. Percebe-se que as bulas possuíram uma dimensão imperial no que se refere à sua abrangência em todas as conquistas, bem como fonte de rendimentos significativos para a manutenção do próprio império.

As concessões das bulas de cruzada aos reinos ibéricos deram-se reiteradamente no curso do tempo e das circunstâncias dos enfrentamentos do infiel, quando então, a Santa Sé cedia exclusivamente aos reis a prerrogativa do recolhimento das rendas, para suprir parte das

necessidades da guerra justa. Durante a Idade Média o papado atuou a serviço de uma cristandade ameaçada por todas as partes e pelo mesmo inimigo, associando a “obra santa” contra os sarracenos “à garantia da salvação, ampliando as concessões quando necessário, segundo as urgências de sua política salvadora” (BOXER, 1981, p. 101). As bulas papais favoreceram a incorporação dos benefícios, em virtude do caráter espiritual do enfrentamento aos muçulmanos, mas também pelo destacado papel da pessoa do rei como guerreiro a serviço de Deus e da Igreja, estabelecendo os vínculos entre política e religião.

Além das bulas escolhemos outras fontes, como partes de algumas crônicas, sobretudo as produzidas por Gomes Eanes de Zurara. Como o presente trabalho não se dispunha a analisar especificamente tais documentos, propomo-nos a destacar alguns elementos que através da herança cronística nos apresentava uma África com a visão de quem viveu no contexto das conquistas. Entendemos que cultura é plural e não consensual, ou seja, é dinâmica. Por conta disso, podemos analisar determinados elementos de diferentes formas. Seguindo esse raciocínio, devemos levar em conta a circularidade cultural: como as imagens sobre a África, como elas chegaram ao cronista e de que forma esse as reproduziu e/ou reconstruiu em suas obras. Além do terceiro capítulo, Zurara aparecerá em outras partes dessa dissertação, já que como cronista-mor do reino, a mando do rei português D. Afonso V em meados do século XV, esteve a serviço da memória oficial da Dinastia de Avis, utilizando-se de procedimentos retóricos para a exaltação dos feitos cavaleirescos de lusitanos a mando ou sob a concessão do Infante D. Henrique e, em última instância, do próprio rei, símbolo visível da unidade do corpo social. Essas crônicas são essenciais para entender a produção da memória dos grandes exemplos da história portuguesa e também analisar aqueles que por contraste, tornaram-se coadjuvantes e antagonistas para Zurara como muçulmanos e azenegues, além daqueles que são os protagonistas do presente trabalho, a quem ele chama de negros da Guiné. A importância dessa fonte reside no fato de que há uma narrativa acerca da África e dos seus habitantes, suas terras, lugares onde a ação se dá, descritas de uma forma retórica e sempre se comparando ao reino português, além de colocar esses estrangeiros como parte imprescindível na exaltação da memória avisina.

Mouros e negros, bem como suas terras, são retratados na Crônica da Guiné de uma maneira específica. Tal documento é interessante para se tentar compreender os pensamentos e as práticas que norteavam o fazer historiográfico dos portugueses nos Quatrocentos – o que inclui a concepção da história como um gênero literário retoricamente regrado. A mesma retórica que se encontra também em algumas bulas analisadas, sobretudo as duas que são centrais no presente trabalho. Olhar essas fontes de uma forma interdisciplinar desde o

surgimento da corrente historiográfica que ficou conhecida como Escola dos Annales, em 1929, tornou-se quase que uma obsessão para o historiador, o que não foi diferente na presente pesquisa. Marc Bloch e Lucien Febvre – mas também nas gerações posteriores da mesma escola historiográfica – nos ensinou que a história pode buscar um diálogo contínuo com a sociologia, a antropologia, a economia, a geografia, a psicologia e os estudos literários, dentre outros campos do saber. Além dos grandes nomes da chamada nova história, descobri durante a pesquisa as teorias de Raymond Williams que ressalta, a relação orgânica entre as transformações ocorridas em uma determinada sociedade e o histórico das mudanças semânticas da categoria cultura. Como o próprio afirma: “a formação de uma consciência é, em primeiro lugar, o lento aprendizado de formas, propósitos e significados, para que o trabalho, a observação e a comunicação sejam possíveis. Então, em segundo lugar, mas igualmente importante, é o teste desses na prática, a formação de novas observações, comparações e significados. Esses são os processos comuns de sociedades e de consciências humanas, e é através deles que percebemos a natureza de uma cultura: sempre, ao mesmo tempo, tradicional e inovadora; sempre, ao mesmo tempo, os mais simples significados ordinários compartilhados e os mais elaborados significados individuais. A cultura é comum: em qualquer sociedade e em qualquer consciência” (WILLIAMS, 1989, p. 7). Teoria essencial para entender o encontro de culturas tão díspares como as abordadas nessa pesquisa.

A análise por fim das Bulas *Dum Diversas* e *Romanus Pontífex*, pretende se aprofundar nas causas e razões de um longo processo de aprovação papal aos avanços portugueses na costa ocidental da África, que estabelecia o nexos entre a conversão dos ‘infiéis’ e a soberania sobre terras e homens. A instituição do “padroado real da Igreja do ultramar exercido pelas Coroas ibéricas” (BARRETO, 1983, p. 40), sintetizava o propósito de “um rebanho, um pastor na terra... um monarca, um império e uma espada” (BOXER, 1981, p. 98). Em Portugal, o Padroado Régio consistiu em uma série de “direitos, privilégios e deveres” que se foram incorporando à Coroa portuguesa, como patrona das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil. A pouca explorada *Dum Diversas* de 1452, estendeu aos pagãos a noção de “inimigos do Cristo”, até então aplicada somente aos muçulmanos, além de representar o coroamento da concessão do padroado régio aos monarcas portugueses, que juntamente com a bula *Romanus Pontífex* (1455), expressam a legitimação das conquistas portuguesas conferindo à Ordem de Cristo, sob administração do infante D. Henrique, a jurisdição espiritual sobre as regiões conquistadas e a conquistar, favorecendo a instituição do padroado em Portugal. De tal forma, recaiu sobre o rei o efetivo poder sobre o padroado da Coroa e incorporação de atribuições e prerrogativas, no esforço de

viabilizar a evangelização. A Igreja, por sua vez, buscava atuar no “disciplinamento das almas e das mentes dos vassalos reinóis e ultramarinos” em busca do objetivo comum que sustentava a expansão: propagar a fé e construir o império (BICALHO, 2010, p. 341). Com a *Romanus Pontifex* (1455), a Santa Sé reconheceu ao rei D. Afonso V os direitos da coroa ao oceano, das terras recém-encontradas e de sua gente.

O grande desafio encontra-se na busca de uma compreensão dessa relação entre imaginário medieval sobre a África, formação de Portugal, consciência imperial, legitimação das conquistas e do tráfico de escravos, coroa lusa e papado. Buscar tais relações, bem como defini-las tem sido um problema histórico de difícil solução, dado os seus espaços variantes que só encontram explicação e compreensão quando se estuda e analisa cada caso. No entanto, é tarefa do historiador propor um quadro teórico onde possam ser inteligíveis essas ligações históricas, sobre a base de certos critérios, que então foram considerados válidos e que se tenta apresentar aqui, tudo quanto permite explicar a participação de todos esses processos e personagens da história na retomada da escravidão no Ocidente.